



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira  
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira  
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

- 1.1 - 18ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reunião de Comissões

### 2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissão

### 3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 4 - MANIFESTAÇÕES

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## ATAS

### ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/3/2014

#### Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n.ºs 5.035 e 5.036/2014 - Projetos de Resolução n.ºs 5.037 a 5.043/2014 - Requerimentos n.ºs 7.419 a 7.421/2014 - Oradores Inscritos: Discurso do deputado Glaycon Franco; questão de ordem; chamada para recomposição do número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Hely Tarquínio - Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Hélio Gomes - Inácio Franco - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tony Carlos - Wander Borges.

#### Abertura

O presidente (deputado João Leite) - Às 14h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

- O deputado Anselmo José Domingos, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Correspondência

- A deputada Luzia Ferreira, 1ª-secretária *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

#### OFÍCIOS

Da Sra. Alessandra Cristina Azevedo Cardoso, chefe de gabinete do Ministério das Comunicações, prestando informações relativas ao Requerimento n.º 6.558/2013, da Comissão de Transportes.

Da Sra. Ana Lúcia Almeida Gazzola, secretária de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento n.º 6.241/2013, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas.

Do Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, governador do Estado (3), agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa em atenção a requerimento da Comissão Extraordinária das Águas, pelo anúncio de novas obras de revitalização do Parque das Águas de Lambari, bem como do Museu das Águas, e a requerimentos do deputado Duarte Bechir, pela execução da obra de recapeamento

asfáltico da MG-164 no trecho entre Camacho e Itapecerica e pelos expressivos resultados obtidos pelas escolas estaduais e pelos alunos mineiros na nona edição da Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas.

Do Sr. Antônio Júlio de Faria, prefeito municipal de Pará de Minas, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.868/2014, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Caroline Willrich, coordenadora regional da Funai (substituta), prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.375/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Cássio Soares, secretário de Trabalho e Desenvolvimento Social (6), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.419, 6.671, 6.688, 6.710 e 6.810/2013, da Comissão de Participação Popular, e 6.640/2013, da Comissão da Pessoa com Deficiência.

Do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Segurança Pública encaminhado por meio do Ofício nº 2.036/2013/SGM.

Do Sr. Cloves Eduardo Benevides, subsecretário de Políticas sobre Drogas (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 5.486/2013, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, e 6.675/2013, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Douglas Szefer, diretor de Gestão Interna do Gabinete Pessoal da Presidente da República (substituto), prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.154/2014, da Comissão de Assuntos Municipais.

Do Sr. Georgenor Cavalcante Pinto, chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério dos Transportes, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.298/2013, do deputado Bonifácio Mourão.

Do Sr. Gilson Soares Lemes, juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.940/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. João Abnir Pinho de Souza, prefeito municipal de Santa Efigênia de Minas, relatando fatos relativos à segurança pública ocorridos nesse município durante o período do Carnaval. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Da Sra. Jomara Alves da Silva, presidente do Ipsemg, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.491/2013, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Josué Costa Valadão, secretário municipal de Governo de Belo Horizonte (4), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 5.120/2013, da Comissão de Assuntos Municipais; 6.020/2013, da Comissão de Direitos Humanos; 6.034 e 6.804/2013, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Júlio César dos Santos Esteves, secretário adjunto de Casa Civil, prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 4.588 e 4.589/2013, em atenção a pedidos de diligência da Comissão de Justiça. (- Anexem-se o ofício e as informações aos respectivos projetos de lei.)

Do Sr. Leandro Guerra, relações institucionais da TIM, encaminhando cópia do plano de melhorias acordado com a Anatel em agosto de 2012. (- Anexe-se ao Relatório Final da CPI da Telefonia.)

Da Sra. Kênia Flávia Reis dos Santos, técnica administrativa do Ministério Público do Trabalho, informando o indeferimento do requerimento, apresentado pela CPI da Telefonia, de instauração de inquérito civil contra a TIM Celular S.A. (- À Comissão do Trabalho.)

Do Sr. Leonardo Duque Barbabela, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.393/2013, da Comissão de Administração Pública.

Do Sr. Marco Antônio de Paula Assis, presidente do Sindepominas, e outros (2) solicitando a apuração de suposta improbidade administrativa na aplicação de recursos do programa Cinturão de Segurança e a realização de concurso público para a Polícia Civil; e solicitando providências com vistas a evitar desencontros de informação entre essa polícia e a PMMG e a realização de gestões junto ao governador do Estado a fim de que oriente as polícias a respeitar os princípios constitucionais em sua atuação. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Do Sr. Marco Antônio de Paula Assis, presidente do Sindepominas, e outros solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 4.472/2013, do deputado Lafayette de Andrada. (- Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. Marcos Antônio Borges, executivo de relações institucionais da Oi, informando que essa empresa cumprirá até o final de 2014 as metas de universalização estabelecidas pelo Decreto nº 7.512, de 2011, e encaminhando a relação das localidades, situadas no Estado, atendidas por essa empresa. (- À Comissão de Transporte.)

Do Sr. Marcos Antônio Borges, executivo de relações institucionais da Oi, encaminhando o trecho do plano de melhorias acordado com a Anatel referente ao Estado. (- Anexe-se ao Relatório Final da CPI da Telefonia.)

Da Sra. Maria Augusta Boulitreau Assirati, presidente interina da Funai, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.381/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (20), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.644 e 6.832/2013, da Comissão de Cultura; 4.673, 5.428, 6.387, 6.473, 6.559, 6.570 e 6.836/2013, da Comissão de Direitos Humanos; 2.297/2011 e 5.870/2013, da Comissão de Meio Ambiente; 6.663, 6.678 e 6.679/2013, da Comissão de Participação Popular; 6.187, 6.189 e 6.229/2013, da Comissão de Política Agropecuária; 7.098/2014, da Comissão de Segurança Pública; 4.848 e 4.851/2013, da Comissão de Transporte.

Da Sra. Olivia de Fátima Braga Melo, chefe do Departamento de Investigação, Orientação e Proteção à Família da Polícia Civil, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.160 e 6.161/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Paulo Sérgio Martins Alves, secretário de Planejamento em exercício, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.749/2013, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Rafael de Araújo Vieira, procurador do Município de Cataguases, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.899/2014, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao referido projeto de lei.)



Do Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Defesa Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.480/2013, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Rosângela Maria Dantas, prefeita municipal de Inconfidentes, pedindo a intercessão desta Casa a fim de que sejam doados a esse município os prédios que menciona, de propriedade do Estado, para a implantação de serviços que atenderão principalmente às famílias carentes. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Zeno José Andrade Gonçalves, gerente de projeto da Diretoria Executiva do Dnit, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.899/2013, da Comissão de Transporte.

### **2ª Fase (Grande Expediente)**

#### **Apresentação de Proposições**

O presidente - A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

### **PROJETO DE LEI Nº 5.035/2014**

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Açucena o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Açucena:

I - o imóvel registrado no cartório de registro de imóveis dessa cidade, no livro 2 de registro geral, matrícula nº 5.784, com área de 497,73m<sup>2</sup> (quatrocentos e noventa e sete vírgula setenta e três metros quadrados), com as seguintes confrontações e medidas: pela frente, com a Praça Edson Miranda, medindo 26,10m (vinte e seis vírgula dez metros); pelos fundos, com o lote 01-A, medindo 26,85m (vinte e seis vírgula oitenta e cinco metros); pelo lado direito, com o lote 10, medindo 18,80m (dezoito vírgula oitenta metros); e, pelo lado esquerdo, com a Rua Getúlio Vargas, medindo 18,80m (dezoito vírgula oitenta metros);

II - o imóvel registrado no livro 2 de registro geral, matrícula nº 5.785, que trata do lote de terreno nº 01-A da quadra 13 do loteamento da sede, no Município de Açucena, medindo 269,17m<sup>2</sup> (duzentos e sessenta e nove vírgula dezessete metros quadrados), com as seguintes confrontações e medidas: pela frente, com a Rua Getúlio Vargas, medindo 10,30 (dez vírgula trinta metros); pelos fundos, com o lote 10, medindo 9,75m (nove vírgula setenta e cinco metros); pelo lado direito, com o o lote 01, medindo 26,85 (vinte e seis vírgula oitenta e cinco metros); e, pelo lado esquerdo, com o lote 02, medindo 26,85 (vinte e seis vírgula oitenta e cinco metros).

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de março de 2014.

Hélio Gomes

Justificação: No dia 23 de dezembro de 2007, foi realizada reunião com o juiz de direito da comarca, o representante do Ministério Público, o presidente do Sindicato Rural de Açucena e o presidente do Centro de Apoio à Infância e Juventude de Açucena - Caija. Na ocasião ficou acordada a permuta entre os imóveis pertencentes a essas entidades e o pertencente ao Tribunal de Justiça, onde até então funcionava o fórum. Essa permuta foi feita para viabilizar a construção do novo fórum.

As obrigações do Sindicato Rural e do Caija foram cumpridas, tendo em vista que doaram o imóvel ao município para que este doasse ao Estado, conforme definido na reunião. Ocorre que não houve a contrapartida do Tribunal de Justiça, ou seja, a doação do imóvel onde funcionava o antigo fórum não foi efetuada.

Dessa forma, o Sindicato Rural e o Caija confiaram nos órgãos do Estado, mas acabaram sendo prejudicados, pois ficaram sem local para funcionar regularmente. A doação não foi efetuada, o que acarretou a instalação precária das entidades em um cômodo da residência do presidente do Sindicato, motivo pelo qual se faz presente a necessidade de doação dos imóveis ao Município de Açucena, para que este o repasse às instituições.

Assim, com o intuito de resolver essa injustiça e possibilitar a instalação digna dessas importantes instituições que confiaram nos órgãos do Estado, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo governador do Estado. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 4.873/2014, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

### **PROJETO DE LEI Nº 5.036/2014**

Altera a Lei nº 10.820, de 22 de julho de 1992, que dispõe sobre a obrigatoriedade de se fazerem adaptações nos coletivos intermunicipais visando facilitar o acesso e a permanência de pessoas com deficiência física.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 2º da Lei nº 10.820, de 22 de julho de 1992, fica acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, ficando seu parágrafo único renumerado com § 1º:

“Art.2º - (...)

§ 1º - (...)

§ 2º - É vedado o cadastramento de veículo para operar no sistema de transporte coletivo intermunicipal que esteja em desacordo com o art. 1º.

§ 3º - Será cancelado no prazo de cento e oitenta dias, contados da data de vigência desta lei, o cadastro para operação no sistema de transporte intermunicipal que esteja em desacordo com o art. 1º.”

Art. 2º - Fica substituída em todo o texto da Lei nº 10.820, de 22 de julho de 1992, a expressão “pessoa portadora de deficiência” por “pessoa com deficiência”, procedendo-se às adequações gramaticais necessárias.

Art. 3º - Esta lei será regulamentada no prazo de trinta dias a contar da sua publicação.



Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de março de 2014.

Liza Prado

Justificação: Esta proposição de lei busca impedir, no âmbito do Estado, o cadastramento de veículos de transporte intermunicipal que não estejam de acordo com a Lei nº 10.820, de 1992, ou seja, que não estejam adaptados às normas de acessibilidade, especialmente elevadores para acesso ao interior dos veículos, portas largas e eliminação de obstáculos.

Isso significa, na realidade, exigir o cumprimento da norma de acessibilidade através da permissão de funcionamento, apenas com o cumprimento desses requisitos.

A legislação a ser alterada assim dispõe sobre a fase de transição:

“Art. 2º - As empresas a que se refere o artigo anterior deverão, no prazo de um ano a contar da data da publicação desta lei, promover as alterações previstas no § 1º do supracitado artigo, em pelo menos 10% (dez por cento) da frota de cada itinerário.

Parágrafo único - Findo o prazo estabelecido no *caput* do artigo, os coletivos intermunicipais, para serem postos em circulação, deverão vir de fábrica ajustados às exigências desta lei, até que toda a frota esteja adaptada.

Art. 3º - Cada empresa deverá estipular e tornar públicos os horários de circulação dos veículos já adaptados, enquanto os ajustes previstos no § 1º do art. 1º não tiverem sido processados nas respectivas frotas”.

Ou seja, as empresas, desde meados de 1992, tinham o prazo de 1 ano para adaptação de 10% da frota. Findo o prazo de 1 ano, todos os novos veículos deveriam ter as regras de acessibilidade.

Passados mais de 20 anos, infelizmente não temos visto acessibilidade no transporte intermunicipal. Há claro descumprimento das normas pelas empresas, especialmente com relação à aquisição de novos veículos.

O Decreto 44.603, de 2007, determina, em seu art. 7º, que “Todo veículo, para operar no Sistema de Transporte Intermunicipal e Metropolitano de Passageiros, dependerá de cadastro prévio, nos termos estabelecidos pela Setop”.

Assim, faz-se necessário impedir o cadastramento de veículos que descumprem a legislação, o que justifica a presente proposição.

A atual legislação somente prevê multa equivalente a 500 UPFMGs, em caso de descumprimento. No entanto, o que mais interessa, é o cumprimento da regra de acessibilidade, e não o dinheiro.

A competência legislativa estadual para estabelecer normas de transporte intermunicipal, como a presente, é inegável, assim como a defesa das pessoas com deficiência.

Além disso, propõe-se a alteração da terminologia usada para fazermos referência às pessoas com deficiência, superada desde a edição da lei originária.

Pelo exposto, e pela enorme relevância social que trata a matéria, consolidando ainda mais a democracia de acessibilidade, é que conto com o apoio dos nobres pares para apreciação e aprovação da presente proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e da Pessoa com Deficiência para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5.037/2014

Altera a Resolução nº 5.409, de 14 de junho de 2013, que ratifica a concessão de regime especial de tributação ao estabelecimento que promova transferência interestadual de minério de ferro, nos termos do art. 225-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - O art. 1º da Resolução nº 5.409, de 14 de junho de 2013, passa a vigorar com a redação que segue:

“Art. 1º - Fica ratificada a concessão de regime especial de tributação ao estabelecimento que promova transferência interestadual de minério de ferro, nos termos do art. 225-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, conforme exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 402/2013.”.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de março de 2014.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18.

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5.038/2014

Ratifica regime especial de tributação concedido ao setor fabricante de resinas termoplásticas, nos termos do art. 225-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão de regime especial de tributação ao contribuinte mineiro do setor fabricante de resinas termoplásticas, signatário de protocolo de intenções com o Estado, nos termos do art. 225-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, conforme exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 620/2014.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de março de 2014.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5.039/2014**

Ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de fabricação de tecidos especiais e artefatos têxteis, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão de regime especial de tributação ao contribuinte mineiro do setor de fabricação de tecidos especiais e artefatos têxteis, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, em virtude de benefícios ou incentivos fiscais ou financeiro-fiscais concedidos por outro estado, conforme exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 627/2014.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de março de 2014.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5.040/2014**

Ratifica concessão de regime especial de tributação em matéria de ICMS a contribuinte mineiro do segmento econômico da fabricação de resinas termoplásticas, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do regime especial de tributação ao contribuinte mineiro do segmento da fabricação de resinas termoplásticas, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, considerando a exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 618/2014.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de março de 2014.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5.041/2014**

Ratifica regime especial de tributação concedido ao setor fabricante de cosméticos e produtos de perfumaria e de higiene pessoal, nos termos do art. 225-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão de regime especial de tributação ao contribuinte mineiro do setor fabricante de cosméticos e produtos de perfumaria e de higiene pessoal, signatário de protocolo de intenções com o Estado, nos termos do art. 225-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, conforme exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 622/2014.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de março de 2014.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5.042/2014**

Ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de indústria de celulose, papel e produtos de papel, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão de regime especial de tributação ao contribuinte mineiro do setor de indústria de celulose, papel e produtos de papel, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, em virtude de benefícios ou incentivos fiscais ou financeiro-fiscais concedidos por outro estado, conforme exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 623/2014.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de março de 2014.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5.043/2014**

Ratifica concessão de regime especial de tributação em matéria de ICMS a contribuinte mineiro do setor de fabricação de brinquedos prejudicado em sua competitividade ou impedido de instalar-se em Minas Gerais, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:



Art. 1º - Fica ratificada a concessão do regime especial de tributação, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, ao contribuinte mineiro do setor de fabricação de brinquedos prejudicado em sua competitividade ou impedido de instalar-se em Minas Gerais, considerando a exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 628/2014.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de março de 2014.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18.

### REQUERIMENTOS

Nº 7.419/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a inclusão do indicador de acessibilidade no art. 2º do Decreto nº 44.603, de 2007, como exigência para a prestação de um serviço público de transporte adequado.

Nº 7.420/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de providências para a fiscalização do transporte público realizado entre o Município de Belo Horizonte e o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, no Município de Confins, no que diz respeito ao cumprimento dos critérios de acessibilidade previstos na legislação estadual, especialmente a Lei nº 10.820, de 1992, e o adequado atendimento de táxis às pessoas com deficiência. (- Distribuídos à Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 7.421/2014, do deputado Jayro Lessa, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para concessão do título de Cidadão Honorário ao Sr. José Ramón Martínez, presidente da Coca-Cola - Fems Brasil. (- À Comissão de Turismo.)

### Oradores Inscritos

- O deputado Glaycon Franco profere discurso, que será publicado em outra edição.

### Questão de Ordem

O deputado Glaycon Franco - Solicito o encerramento da reunião.

O presidente - A presidência esclarece que, no momento em que o deputado Rogério Correia solicitou a palavra, o presidente já havia concedido a palavra aos oradores inscritos e chamado o deputado Glaycon Franco. De acordo com o art. 46, inciso IV, o deputado tem o direito de usar a palavra, pedindo-a previamente ao presidente da Assembleia ou ao presidente de comissão.

A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Wander Borges) - (- Faz a chamada.)

O presidente - Responderam à chamada 19 deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

### Encerramento

O presidente - A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

### ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/3/2014

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sebastião Costa, André Quintão, Dalmo Ribeiro Silva e Duílio de Castro, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para cuja relatoria designou os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.950, 4.953, 4.956 e 4.963/2014 (deputado Dalmo Ribeiro Silva), 4.942, 4.945, 4.949 e 4.962/2014 (deputado André Quintão), 4.943, 4.948, 4.954 e 4.957/2014 (deputado Leonídio Bouças), 4.946, 4.955 e 4.960/2014 (deputado Duílio de Castro), 4.944/2014 (deputado Sebastião Costa), 4.951, 4.952 e 4.961/2014 (deputado Gustavo Perrella). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 57/2014 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva) e dos Projetos de Lei nºs 1.786/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado André Quintão), 4.834/2014 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Luiz Henrique) e 4.835/2014 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva). Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 3.825/2013 (relator: deputado Sebastião Costa). Neste momento registra-se a presença do deputado Leonídio Bouças. O Projeto de Lei nº 1.810/2011 é convertido em diligência ao IEF e ao Iepha-MG; o Projeto de Lei nº 4.903/2014, à Secretaria de Planejamento e à Prefeitura Municipal de Inhapim (relator: deputado Sebastião Costa); e o Projeto de Lei nº 4.743/2013, ao IEF (relator: deputado André Quintão). Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 2.063/2011 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 2.839/2012, 4.403 e 4.410/2013 e 4.827/2014 na forma dos Substitutivos nº 1; e 4.357/2013 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva); 3.403/2012 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição); 4.437/2013 e 4.873/2014 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Duílio de Castro, em virtude de redistribuição no caso do segundo projeto); 4.552/2013 e 4.875/2014 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição no caso do primeiro projeto) e 4.665/2013 com a



Emenda nº 1 (relator: deputado André Quintão, em virtude de redistribuição). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 3.384/2012, 3.830 e 4.725/2013, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental formulada pelo relator, deputado Dalmo Ribeiro Silva. Na fase de discussão do parecer em que o relator, deputado Dalmo Ribeiro Silva, conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 4.660/2013, o presidente defere pedido de vista do deputado Duílio de Castro. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 3.833, 4.829, 4.852, 4.885 e 4.895/2014 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva); 4.830 e 4.831/2014 (relator: deputado Luiz Henrique); 4.832, 4.892, 4.897 e 4.904/2014 (relator: deputado André Quintão); 4.848, 4.874 e 4.886/2014 (relator: deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 4.869 e 4.883/2014 (relator: deputado Leonídio Bouças); 4.871, 4.882, 4.888 e 4.890/2014 (relator: deputado Duílio de Castro). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos em que se solicita, nos termos do art. 301, parágrafo único, do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 4.822, 4.825, 4.843, 4.844, 4.846, 4.850, 4.851, 4.889 e 4.905/2014 e à Secretaria de Casa Civil, relativamente ao Projeto de Lei nº 4.878/2014, que instrua as referidas proposições com a documentação necessária à sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de março de 2014.

Sebastião Costa, presidente - André Quintão - Duílio de Castro - Dalmo Ribeiro Silva - Leonídio Bouças.

#### **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/3/2014**

Às 15h41min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira e os deputados Paulo Lamac e Elismar Prado (substituindo o deputado Pompílio Canavez, por indicação da Liderança do Bloco Minas Sem Censura), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Elismar Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: cópia do ofício 007/2014, da Sra. Kátia Ferraz Ferreira, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, por meio do qual solicita intervenção desta comissão em prol da instalação imediata dos equipamentos de acessibilidade nas obras do BRT, na capital do Estado. Comunica também o recebimento de ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Estado de Casa Civil, e dos Srs. Josué Costa Valadão, secretário Municipal de Governo de Belo Horizonte, e Antônio Carlos Rezende Antunes, secretário Municipal de Governo de Ribeirão das Neves, publicados no *Diário do Legislativo*, em 20/2/2014. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 1.536/2011 em turno único (relatora: deputada Luzia Ferreira em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.945, 7.041 a 7.043, 7.057 a 7.062, 7.066 a 7.078, 7.144 a 7.146, 7.185 a 7.188, 7.192 a 7.194, 7.204 a 7.208, 7.220 a 7.223, 7.227 e 7.228, 7.232 a 7.244/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.200/2014, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, a ocupação da região do Condomínio Alphaville e adjacências, no limite dos Municípios de Nova Lima e Itabirito;
- nº 9.201/2014, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, a situação de 12 casas tombadas pelo patrimônio histórico municipal de Belo Horizonte, localizadas na Rua Congonhas, no Bairro Santo Antônio;
- nº 9.202/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 4.839/2014, que estabelece critérios para a operação de minerodutos no Estado;
- nº 9.203/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada visita desta comissão à Vila Souza Aguiar, localizada no Bairro Caetano Furquim, em Belo Horizonte, para averiguar as condições de infraestrutura e saneamento básico do local, tendo em vista a conclusão das obras realizadas nessa região pela Vale e pela Ferrovia Centro Atlântica;
- nº 9.204/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, na Vila Souza Aguiar, localizada no Bairro Caetano Furquim, em Belo Horizonte, as condições de infraestrutura e saneamento básico do local, tendo em vista a conclusão das obras realizadas nessa região pela Vale e pela Ferrovia Centro Atlântica;
- nº 9.205/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 3.078/2012, que versa sobre a gestão unificada da função pública de interesse comum do solo metropolitano do Estado;
- nº 9.206/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Detran-MG pedido de informações sobre o tabelamento de preços de placas para veículos no Estado, especificamente sobre os preços praticados no Município de Viçosa;
- nº 9.207/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada visita desta comissão à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas para conhecer os encaminhamentos empreendidos por essa secretaria para solucionar os problemas existentes no transporte público que atende o Distrito de Ravena, no Município de Sabará;



- nº 9.208/2014, do deputado Almir Paraca, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, as atuais condições de funcionamento das unidades de atendimento da Fundação Educacional Caio Martins – Fucam –, após as intervenções executadas pelas diretorias nomeadas após dezembro de 2008, especialmente no que se refere à adequação de suas estruturas físicas, organizacional e funcional, bem como conhecer a intenção do Poder Executivo Estadual de instalar, em suas dependências, uma presidência de grande porte;

- nº 9.209/2014, do deputado Almir Paraca, em que solicita seja realizada audiência pública desta comissão no Município de Paracatu para se conhecer e debater o andamento da política de regularização fundiária no Estado sob a responsabilidade do Incra-MG -, da Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária e do Iter-MG, bem como a regularização fundiária de imóveis urbanos de Paracatu;

- nº 9.210/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião desta comissão em São José da Lapa para debater, em audiência pública, juntamente com as operadoras, a prestação de serviços de internet e de telefonia móvel no referido município;

- nº 9.211/2014, do deputado Paulo Guedes, em que solicita seja realizada reunião desta comissão no Município de Jaíba para debater, em audiência pública, o sistema de abastecimento de água nos núcleos do Projeto Jaíba;

- nº 9.212/2014, da deputada Luzia Ferreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de São Gonçalo do Rio Preto pelos 52 anos de emancipação desse município, a completarem-se em 1º de março de 2014;

- nº 9.213/2014, da deputada Luzia Ferreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Belo Oriente pelos 51 anos de emancipação desse município, a completarem-se em 1º de março de 2014;

- nº 9.215/2014, da deputada Luzia Ferreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Igarapé pelos 51 anos de emancipação desse município, a completarem-se em 1º de março de 2014;

- nº 9.216/2014, da deputada Luzia Ferreira, em que solicita seja formulado de congratulações com a comunidade do Município de Ibirité pelos 51 anos de emancipação desse município, a completarem-se em 1º de março de 2014;

- nº 9.218/2014, do deputado Elismar Prado, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, o serviço de transporte público coletivo intermunicipal entre Santa Luzia e Belo Horizonte e as alterações dos pontos finais das linhas de ônibus Cristina A/Belo Horizonte (4200), Cristina B/Belo Horizonte (4200) e Cristina C/Belo Horizonte (4210).

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de março de 2014.

Paulo Lamac, presidente.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/3/2014**

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Arlen Santiago, Doutor Wilson Batista e Pompílio Canavez, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Doutor Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os novos métodos de diagnóstico e tratamento do diabetes e a necessidade do fornecimento pelo Estado de glicosímetros de boa qualidade e a discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de ofício do Dr. Rosinha, deputado federal, publicado no *Diário do Legislativo* em 27/2/2014. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.839/2012 (Carlos Pimenta) e 4.357/2013 (Doutor Wilson Batista), ambos no 1º turno. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria José Sieiro, médica endocrinologista, representando Adriana Aparecida Bosco, médica endocrinologista e pesquisadora na Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte; Débora Bohnen Guimarães, nutricionista do Centro de Diabetes de Belo Horizonte - CDBH – e da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte; e os Srs. Rodrigo Dias, presidente da Associação dos Diabéticos de Campo Belo; Dimas José Lopes, jornalista; Felipe Augusto Moreira Gonçalves, assessor do gabinete do secretário de Estado de Saúde e Sra. Grazielle Dias da Silva, superintendente de Assistência Farmacêutica da Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde, ambos representando o secretário de Estado de Saúde, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Pompílio Canavez, um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 9.257/2014, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada reunião no Município de Capelinha para debater, em audiência pública, questões de saúde pública local e regional.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

- nº 9.258/2014, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Anvisa, ao Ministério da Saúde e ao Ministério Público Federal pedido de providências para avaliação e proibição do uso do aparelho glicosímetro Cepa CG, com base em abaixo-assinado e no fato noticiado pela Sociedade Brasileira de Diabetes - Regional Minas Gerais - de que o aparelho teria ocasionado a morte de uma pessoa;

- nº 9.259/2014, dos deputados Carlos Mosconi, Doutor Wilson Batista, Carlos Pimenta, Pompílio Canavez e Arlen Santiago, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências com vistas à inclusão do exame de anticorpos antigado na tabela de procedimentos do SUS;



- nº 9.260/2014, do deputado Pompílio Canavez, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre quantos aparelhos glicosímetros da marca Cepa CG foram adquiridos pelo Estado e distribuídos aos usuários, quantos foram substituídos, quantos ainda existem em estoque no mês de março de 2014 e a quantidade de fitas reagentes adquiridas e distribuídas à população;

- nº 9.261/2014, do deputado Paulo Guedes, em que solicita seja realizada reunião conjunta com as comissões de Direitos Humanos e de Trabalho, Previdência e Ação Social para debater, em audiência pública, a saúde física e emocional dos servidores do Poder Judiciário de Minas Gerais;

- nº 9.262/2014, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a implantação do serviço de mamografia no Município de Três Pontas e doação de uma mamógrafo digital e demais equipamentos para atendimento às mulheres do município e de cidades vizinhas;

- nº 9.263/2014, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a agilizar o projeto de construção do Hospital Regional de Nanuque;

- nº 9.264/2014, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas à doação de um tomógrafo para o Hospital Municipal de Bocaiuva, sede da microrregião para atendimento à população das cidades integrantes do consórcio de saúde regional.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2014.

Carlos Mosconi, presidente - Pompílio Canavez - Doutor Wilson Batista.

#### **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/3/2014**

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira e os deputados Elismar Prado e Luiz Henrique, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Liza Prado e os deputados Alencar da Silveira Jr., Almir Paraca, Fred Costa e Anselmo José Domingos. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação dos circos no Estado e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os seguintes convidados: as Sras. Janaina Cunha Melo, superintendente de Interiorização e Ação Cultural da Secretaria de Estado de Cultura, representando a secretária; Eliane Quaresma Caldeira de Araújo, coordenadora da Política Pró-Criança e Adolescente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, representando o secretário; Tânia Almeida Pereira, assistente ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, representando o secretário; Alessandra Rodrigues Marx, assessora do Departamento de Educação da Associação Mineira de Municípios, representando o presidente; Maria Magdalena Rodrigues da Silva, presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais; Sula Kyriacos Mavrudis, diretora do Departamento de Circo do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais; Erimeide Anamaria Cabral Zanquetim, diretora assistente do Conselho Nacional de Circos Itinerantes; Cleide Aparecida Nepomuceno, defensora pública; Edna Cardozo Dias, conselheira seccional e presidente da Comissão de Direitos dos Animais da OAB; e os Srs. Ten. Cel. BM Alexandre Brasil Pereira, subdiretor da Diretoria de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, representando o comandante-geral; Marcos Tofani Baer Bahia, promotor de justiça da 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor e Procon do Ministério Público do Estado; Marcos Teixeira Campos, coordenador de Circos e diretor da Escola Nacional de Circo da Funarte - Rio de Janeiro (RJ); Camilo de Souza Torres, presidente da Associação Brasileira do Circo - Abracirco - São Paulo (SP); Paulo Ricardo Robattini da Silva, secretário da Rede de Apoio ao Circo; e Anibal Henrique de Oliveira Macedo, vice-presidente do Conselho Estadual de Política Cultural, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Alencar da Silveira Jr., um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra às deputadas e demais deputados presentes e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 2014.

Elismar Prado, presidente - Luzia Ferreira - Luiz Henrique - Lafayette de Andrada.

#### **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/3/2014**

Às 14h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Alvaro Toubes Prata, secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Antonio José Gonçalves Henriques, diretor executivo do Fundo Nacional de Assistência Social; Pedro de Souza da Silva, diretor do Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça

(substituto); e do FNDE (35) (15/02/2014); dos Srs. Antonio Augusto Junho Anastasia, governador do Estado (3); Danilo Daniel Prado Araújo, superintendente regional do Incra; Euvaldo M. Bittencourt Junior, coordenador-geral de Convênios da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Marcos Robalinho, diretor de Administração da Sudene; Marx Fernandes dos Santos, superintendente regional da CEF; e Morvam Cotrim Duarte, presidente do Conselho Nacional de Trânsito (20/2/2014); da Sra. Elis Cristina Pião, coordenadora-geral de Convênios (substituta) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2), e do FNDE (8) (21/2/2014); e do Sr. Carlos Leonardo de Araújo Delgado, gerente de Tesouraria do Departamento de Administração Financeira do BNDES (28/2/2014). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.541/2011 (Adalclever Lopes); 720/2011 (Romel Anízio) e 3.984/2013 (Jayro Lessa), no 1º turno; e Mensagens nºs 592 e 607/2014 (Romel Anízio) e 608/2014 (Lafayette de Andrada), em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 1.745 e 2.541/2011 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela ratificação, por meio de projetos de resolução, dos Convênios nºs 158, 163, 164, 167 e 176, encaminhados pela Mensagem nº 592/2014; nº 4, encaminhado pela Mensagem nº 608/2014 (relator: deputado Lafayette de Andrada); e nº 6, encaminhado pela Mensagem nº 607/2014 (relator: deputado Romel Anízio); pela aprovação, no 1º turno, sobre a Emenda nº 2 apresentada ao Projeto de Lei nº 720/2011 (relator: deputado Romel Anízio); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.710/2013 (relator: deputado Romel Anízio); 3.984/2013 (relator: deputado Ulysses Gomes, em virtude de redistribuição) e 4.376/2013 (relator: deputado João Vítor Xavier) na forma dos Substitutivos nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 4.719/2013 (relator: deputado Lafayette de Andrada); e 4.739/2013 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Romel Anízio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 7.079/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.267/2014, do deputado Zé Maia, em que solicita seja realizada reunião com a presença da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Estado do Planejamento e Gestão, e do Sr. Leonardo Colombini, Secretário de Estado de Fazenda, para cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à demonstração e à avaliação, por parte do Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado referentes ao 2º e 3º quadrimestres de 2013;

nº 9.270/2014, do deputado Lafayette de Andrada, em que solicita seja realizada reunião para debater o Projeto de Lei nº 158/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura de seguro de acidentes pessoais coletivos em eventos artísticos, esportivos, culturais e recreativos com cobrança de ingressos.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 9.274/2014, da deputada Liza Prado e do deputado Lafayette de Andrada, em que solicitam seja realizada reunião para discutir a Emenda Constitucional nº 62/2009 e sua aplicação no Estado no que se refere ao pagamento de precatórios;

nº 9.278/2014, da deputada Liza Prado e do deputado Lafayette de Andrada, em que solicitam seja encaminhado ao governador e ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado pedido de providências com vistas a que o valor remanescente dos valores disponibilizados em 2013 para o acordo direto com credores de precatórios seja utilizado para o pagamento de precatórios na ordem cronológica.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2014.

Romel Anízio, presidente - Célio Moreira - Duarte Bechir - Gustavo Corrêa.

#### **ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/3/2014**

Às 9h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a ouvir os parentes das vítimas dos crimes ocorridos nos meses de janeiro e fevereiro, com o intuito de subsidiar os trabalhos desta comissão, e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Ari Pinto Constantino dos Santos, prefeito municipal de Itamonte, encaminhando lista dos nomes dos policiais militares do Batalhão Rotam que atuaram no Município durante o Carnaval, gerando tranquilidade e segurança para a população após os problemas ocorridos na cidade, a fim de que lhes sejam formuladas manifestações de aplauso; e Denilson Martins, presidente do Sindpol, encaminhando sua carta de desligamento e renúncia do Conselho Nacional de Segurança Pública, por discordar da forma com que os titulares da Senasp e do Ministério da Justiça vêm conduzindo a Política Nacional de Segurança Pública. O presidente comunica também o recebimento de ofícios do Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Defesa Social (2), publicados no *Diário do Legislativo* em 13/3/2014. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Erlane Viggiano Rocha, irmã de vítima, e Ângela Maria da Fonseca, mãe de vítima; o Cap. PM Harley Wallace Moreira, da Diretoria de Apoio Operacional da Polícia Militar; e os Srs. Wagner Pinto, chefe do Departamento de Investigação de Homicídios da Polícia Civil; Mailton Ali Fontes, cunhado de vítima; Benedito Sérgio de Rezende, tio de vítima; Marcelo Barbosa, gerente-geral do Procon Assembleia; Gilberto Dias de Souza, gerente operacional do Procon Assembleia; Denilson Martins, presidente do Sindpol; e Antônio



Marcos Pereira, vice-presidente do Sindpol, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.312/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, as violentas ações que têm assolado o Município de Itajubá, especialmente os ataques às residências de agentes penitenciários lotados no município;

- nº 9.313/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria da Polícia Civil pedido de providências para apreciação das denúncias apresentadas por Edivaldo Sales Simplício no que tange ao laudo pericial da Superintendência de Polícia Técnico-Científica – Seção Técnica de Perícias de Crimes contra a Vida, uma vez que há alegação de suposta falsificação do referido laudo;

- nº 9.314/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para entrega das manifestações de aplauso referentes aos Requerimentos nº 7.333 e 7.341/2014;

- nº 9.315/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para entrega das manifestações de aplauso referentes ao Requerimento nº 7.342/2014; e

- nº 9.317/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado e ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para que seja autorizada a convocação de todos os excedentes do Curso de Habilitação de Oficiais da PMMG 2014, tendo em vista a falta de efetivo na instituição.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o requerimento nº 9.318/2014, dos deputados Alencar da Silveira Jr., Anselmo José Domingos e Fred Costa, em que solicitam seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, a atual situação da segurança no Bairro Gutierrez, em Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2014.

João Leite, presidente - Sargento Rodrigues - Cabo Júlio.

#### **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/3/2014**

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gustavo Corrêa, Rogério Correia, Sargento Rodrigues e Duarte Bechir (substituindo o deputado Leonardo Moreira, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Marcos Ribeiro dos Reis, diretor da Subsele de Pouso Alegre do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE-MG -, em que solicita sejam tomadas providências cabíveis contra a suposta participação de diretora da Superintendência Regional de Ensino desse município em evento político realizado em seu horário de expediente, ferindo o previsto no art. 38 da Resolução Conjunta Segov-Seccri-Age nº 1, de 2/12/2013; comunica também o recebimento do Ofício nº 44/2014, do Sr. Cássio Azevedo Fontenelle, juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, publicado no *Diário do Legislativo* em 13/3/2014. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 7.251/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.196/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião desta Comissão para debater, em audiência pública, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

- nº 9.197/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião desta Comissão, com a presença da presidente da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - Prodemge -, Sra. Izabel Pereira de Souza, para obter esclarecimentos sobre denúncias de suposta improbidade administrativa e corrupção na referida empresa.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2014.

Gustavo Corrêa, presidente - Sargento Rodrigues - Inácio Franco - Fábio Cherem.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 24 de março de 2014, destinada a homenagear o Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista - PC-Sbic.

Palácio da Inconfidência, 21 de março de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Conjunta das Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Bosco, Deiró Marra e Elismar Prado, membros da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; e os deputados Durval Ângelo, Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da Comissão de Direitos Humanos, para a reunião a ser realizada em 24/3/2014, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a situação de trabalhadores da educação no Município de Felixlândia, em especial em relação a denúncias de violação de direitos, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de março de 2014.

Duarte Bechir, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.897/2014****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do deputado Lafayette de Andrada, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro Social do Tabernáculo em Juiz de Fora, com sede no Município de Juiz de Fora.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 4.897/2014 pretende declarar de utilidade pública o Centro Social do Tabernáculo em Juiz de Fora, com sede no Município de Juiz de Fora, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover serviços de assistência social, cultural e de educação.

Com esse propósito, a instituição desenvolve perante as famílias programas de combate à fome e à miséria, projetos artísticos e culturais, além de realizar campanhas para distribuição de vestuário, alimentos e medicamentos. .

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pelo referido centro com a população menos favorecida do Município de Juiz de Fora, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

**Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.897/2014, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 21 de março de 2014.

Celinho do Sinttrocel, relator.

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com a comunidade de Araxá pelo 148º aniversário desse município (Requerimento nº 6.945/2014, do deputado Bosco);

de congratulações com a Associação Mineira de Desenvolvimento Humano pelo brilhante trabalho desenvolvido, por meio de projetos esportivos, visando à transformação dos jovens (Requerimento nº 6.947/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o jornal *O Cometa Itabirano*, cuja capa - edição nº 362 -, criada pelo cartunista Rodrigo de Lira Mineu, foi premiada com o prêmio internacional de cartum político de 2013 da Organização das Nações Unidas (Requerimento nº 6.949/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Associação Comercial e Industrial de Uberaba - Aci - pelos 90 anos de sua fundação (Requerimento nº 7.037/2014, do deputado Adelmo Carneiro Leão);

de congratulações com a comunidade de Tiros pelo 90º aniversário desse município (Requerimento nº 7.041/2014, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Paraisópolis pelo 141º aniversário desse município (Requerimento nº 7.042/2014, do deputado Fábio Cheram);

de congratulações com o Sr. Joaquim Elesbão Meireles, prefeito municipal de Coronel Pacheco, pelo lançamento de livro que conta a história dessa cidade (Requerimento nº 7.043/2014, do deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com a *Gazeta de Minas* (antiga *Gazeta de Oliveira*), que completa 127 anos de fundação em 2014, por ser o jornal mais antigo do Estado (Requerimento nº 7.048/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes);

de congratulações com o jornal *Shalom News* pelos seis anos de sua fundação (Requerimento nº 7.050/2014, do deputado Anselmo José Domingos);

de congratulações com a revista *Tempo*, de Montes Claros, pela publicação, na edição nº 90, de matérias sobre o compositor Téo Azevedo, ganhador do Grammy Latino de 2013, e sobre a Fundação Hilton Rocha (Requerimento nº 7.051/2014, do deputado Anselmo José Domingos);

de congratulações com a comunidade de Itatiaiuçu pelo aniversário desse município (Requerimento nº 7.057/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Caldas pelo aniversário desse município (Requerimento nº 7.058/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Itambé do Mato Dentro pelo aniversário desse município (Requerimento nº 7.059/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Itajubá pelo aniversário desse município (Requerimento nº 7.060/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Igarapé pelo aniversário desse município (Requerimento nº 7.061/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Camacho pelo aniversário desse município (Requerimento nº 7.062/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com o Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, governador do Estado, pelo lançamento do programa Minas Comunica II (Requerimento nº 7.063/2014, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a comunidade de Santana do Riacho pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.066/2014, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a comunidade de Francisco Dumont pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.067/2014, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a comunidade de Cristália pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.068/2014, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a comunidade de Ubaí pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.069/2014, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a comunidade de Itacambira pelos 52 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.070/2014, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a comunidade de Itacarambi pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.071/2014, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a comunidade de Varzelândia pelos 52 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.072/2014, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a comunidade de Japonvar pelos 18 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.073/2014, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a comunidade de Porteirinha pelos 75 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.074/2014, do deputado Carlos Pimenta);

de aplauso aos membros da Mesa e das comissões permanentes da Câmara Municipal de Tupaciguara (Requerimento nº 7.075/2014, da deputada Liza Prado);

de congratulações com a comunidade de Nanuque pelos 65 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.076/2014, do deputado Carlos Pimenta);

de aplauso à Prefeitura Municipal de Uberaba e à Secretaria de Desenvolvimento Social pela posse da nova diretoria do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência desse município (Requerimento nº 7.077/2014, da deputada Liza Prado);

de congratulações com a comunidade de São João da Ponte pelos 70 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.078/2014, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a Agência Diferi Comunicação de Impacto, do Município de Uberlândia, pelos 10 anos de sua fundação (Requerimento nº 7.099/2014, da deputada Liza Prado);

de congratulações com o Sr. Nedens Ulisses Freire Vieira por sua eleição e posse na Presidência da Associação Mineira do Ministério Público para o biênio 2014-2016 (Requerimento nº 7.143/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Formoso pelo aniversário de emancipação desse município (Requerimento nº 7.144/2014, da deputada Ana Maria Resende);



de congratulações com a comunidade de Claro dos Poções pelo aniversário de emancipação desse município (Requerimento nº 7.145/2014, da deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade de Botumirim pelo aniversário de emancipação desse município (Requerimento nº 7.146/2014, da deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a Sicoob Central Cecremge pelos 20 anos de sua fundação (Requerimento nº 7.158/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes);

de congratulações com a Epamig pelos 40 anos de sua fundação (Requerimento nº 7.161/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes);

de aplauso ao Sindicato do Comércio de Uberlândia pela posse da nova diretoria (Requerimento nº 7.167/2014, da deputada Liza Prado);

de congratulações com o Sr. Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte, por ter sancionado a Lei Municipal de Apoio ao Cooperativismo, e ao Sr. Ronaldo Sucatto, presidente da Ocemg, por seu trabalho ter produzido reflexo favorável no cooperativismo belo-horizontino, como já havia acontecido em nível estadual com a Lei nº 15.075, de 2004 (Requerimento nº 7.172/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 56º Batalhão de Polícia Militar, pela prisão de um homem e pela apreensão de cinco armas de fogo, em 14 de fevereiro, em Piranguçu (Requerimento nº 7.174/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 18º Batalhão de Polícia Militar, pela prisão de um homem e apreensão de três tablets de "crack", em 14 de fevereiro, em Contagem (Requerimento nº 7.175/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 22º Batalhão de Polícia Militar, pela prisão de duas pessoas e apreensão de sete armas de fogo, em 15 de fevereiro, em Belo Horizonte (Requerimento nº 7.176/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º Batalhão de Polícia Militar, pela prisão de duas pessoas e apreensão de 8kg de maconha, em 15 de fevereiro, em Belo Horizonte (Requerimento nº 7.177/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 10ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito, pela apreensão de armas e munições, em 13 de fevereiro, em Carmo do Paranaíba (Requerimento nº 7.178/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 13ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela prisão de sete pessoas e apreensão de grande quantidade de drogas e armas, em 6 de fevereiro, em Formiga (Requerimento nº 7.179/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 15ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela prisão de um homem e apreensão de drogas, uma balança de precisão, três celulares, dois cartões de crédito e quantia em dinheiro, em 17 de fevereiro, em Sabará (Requerimento nº 7.180/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 2ª Cia. PM TM/34º BPM, pela prisão de um jovem de 19 anos com 400 pedras de "crack" e material de embalagem para as drogas, em 14 de fevereiro, em Belo Horizonte (Requerimento nº 7.181/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a comunidade de Bonfinópolis de Minas pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.185/2014, do deputado Inácio Franco);

de congratulações com a comunidade de São José da Varginha pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.186/2014, do deputado Inácio Franco);

de congratulações com a comunidade de Conceição do Pará pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.187/2014, do deputado Inácio Franco);

de congratulações com a comunidade de Florestal pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.188/2014, do deputado Inácio Franco);

de congratulações com a comunidade de Leandro Ferreira pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.192/2014, do deputado Inácio Franco);

de congratulações com a comunidade de Onça de Pitangui pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.193/2014, do deputado Inácio Franco);

de congratulações com a comunidade de Igaratinga pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.194/2014, do deputado Inácio Franco);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados no Grupo de Ações Táticas Especiais da PMMG, pela apreensão de explosivos em Papagaios, em 17 de fevereiro (Requerimento nº 7.195/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º e no 49º Batalhões de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 17 de fevereiro, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de arma, munição, drogas e balanças de precisão e na prisão de dois homens (Requerimento nº 7.196/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 23ª Cia. Independente de Polícia Militar, por terem impedido um homem de se suicidar, em 14 de fevereiro, em Itamarandiba (Requerimento nº 7.197/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 16º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 18 de fevereiro, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de droga, bem como de um adolescente, e na prisão de dois homens (Requerimento nº 7.198/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os bombeiros militares que menciona pela participação na ocorrência descrita no Requerimento nº 6.539/2013, aprovado na Comissão de Segurança Pública (Requerimento nº 7.199/2014, do deputado Cabo Júlio);



de congratulações com o Cb. PM Anderson Clayton Ferreira, que criou por meio do aplicativo WhatsApp a Rede de Vizinhos Informados, que está contribuindo de maneira significativa para diminuir o índice de criminalidade no Bairro Residencial Visão, em Lagoa Santa (Requerimento nº 7.200/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a comunidade de Ingaí pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.204/2014, do deputado Fábio Cheram);

de congratulações com a comunidade de Ijaci pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.205/2014, do deputado Fábio Cheram);

de congratulações com a comunidade de Santana da Vargem pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.206/2014, do deputado Fábio Cheram);

de congratulações com a comunidade de Buritizeiro pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.207/2014, do deputado Fábio Cheram);

de congratulações com a comunidade de Ibituruna pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.208/2014, do deputado Fábio Cheram);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 124ª Cia. do 22º Batalhão de Polícia Militar, pela apreensão de droga realizada em 19 de fevereiro, em Belo Horizonte (Requerimento nº 7.209/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 18º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 19 de fevereiro, em Contagem, em que foram apreendidas drogas, balança de precisão e armas de fogo e um homem foi preso (Requerimento nº 7.210/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 58º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 21 de fevereiro, em Coronel Fabriciano, em que foram apreendidos aparelhos eletrônicos, celulares, arma, munição, drogas e dinheiro (Requerimento nº 7.211/2014, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 2ª Cia. do Batalhão Rotam, pela prisão de quadrilha autora do crime de latrocínio que, em 7/2/2014, vitimou Matheus Salviano Botelho, em Belo Horizonte (Requerimento nº 7.212/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 98ª Cia. do 46º Batalhão de Polícia Militar, pela prisão de duas mulheres e oito homens suspeitos de integrar uma quadrilha especializada na explosão de caixas eletrônicos, em 21 de fevereiro, em Coromandel (Requerimento nº 7.213/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º Batalhão de Polícia Militar, pela prisão, em 22 de fevereiro, em Belo Horizonte, de um homem e pela apreensão de drogas e armas (Requerimento nº 7.215/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 19º Batalhão de Polícia Militar, pela apreensão, em 17 de fevereiro, em Teófilo Otôni, de drogas, balanças de precisão, armas e munição (Requerimento nº 7.216/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 52º Batalhão de Polícia Militar e na Cia. Independente de Cães da Polícia Militar, pela apreensão, em 21 de fevereiro, em Mariana, de drogas, balanças de precisão, munição e duas motocicletas (Requerimento nº 7.217/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais civis que atuaram na Operação Terremoto, culminando na prisão de 12 homens que atuavam no tráfico de drogas em Divinópolis (Requerimento nº 7.219/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com o vereador Lutimar pelo exercício competente e organizado, no período em que foi prefeito interino de Santa Helena de Minas (Requerimento nº 7.220/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com os Srs. Artur Rodrigues da Silva e Manoel de Oliveira Santos pela vitória na eleição extemporânea para prefeito e vice-prefeito, respectivamente, de Santa Helena de Minas (Requerimento nº 7.221/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com os Srs. Hayden Matos Batista, conhecido como Branco, e Leonardo Medeiros da Silva por sua posse, por determinação da Justiça Eleitoral, como prefeito e vice-prefeito, respectivamente, de Fronteira dos Vales (Requerimento nº 7.222/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a comunidade de Olímpio Noronha pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.223/2014, do deputado Duarte Bechir);

de aplauso aos policiais militares que menciona, integrantes do Grupamento Rondas Ostensivas com Cães de Itabira e lotados no 26º BPM, pelo recebimento do Diploma de Honra ao Mérito da Câmara Municipal de Bom Jesus do Amparo (Requerimento nº 7.225/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso ao Cel. PM Volney Halan Marques, que tomará posse no Comando da 9ª Região de Polícia Militar (Requerimento nº 7.226/2014, da deputada Liza Prado);

de congratulações com a comunidade de Piranguinho pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.227/2014, do deputado Fábio Cheram);

de congratulações com a comunidade de Santo Hipólito pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.228/2014, do deputado Fábio Cheram);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 10ª Companhia Independente de Polícia Militar, e com os agentes federais que menciona, lotados na 4ª Delegacia Metropolitana de Polícia Rodoviária Federal, pela atuação na ocorrência, em 25/2/2014, na BR-381, no Município de Sabará, na qual um homem foi preso transportando aproximadamente 50kg de pasta-base de cocaína (Requerimento nº 7.229/2014, do deputado Cabo Júlio);



de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 34ª Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 25/2/2014, em Belo Horizonte, na qual foram presos três homens suspeitos de planejar roubo de carros na região Noroeste dessa capital e apreendidos dois revólveres calibre 38 com as numerações raspadas (Requerimento nº 7.230/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com o Sgt. PM Ricardo Barbosa de Alcamiro, da Assessoria Institucional da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/2/2014, no Bairro Ribeiro de Abreu, em Belo Horizonte, em que impediu um assalto a um coletivo da linha 5506-B (Requerimento nº 7.231/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a comunidade de Tapira pelo aniversário de emancipação desse município (Requerimento nº 7.232/2014, do deputado Tony Carlos);

de congratulações com a comunidade de Lagoa Formosa pelo aniversário de emancipação desse município (Requerimento nº 7.233/2014, do deputado Tony Carlos);

de congratulações com a comunidade de Santa Rosa da Serra pelo aniversário de emancipação desse município (Requerimento nº 7.234/2014, do deputado Tony Carlos);

de congratulações com a comunidade de Pedrinópolis pelo aniversário de emancipação desse município (Requerimento nº 7.235/2014, do deputado Tony Carlos);

de congratulações com a comunidade de Arapuá pelo aniversário de emancipação desse município (Requerimento nº 7.236/2014, do deputado Tony Carlos);

de congratulações com a comunidade de Lagamar pelo aniversário de emancipação desse município (Requerimento nº 7.237/2014, do deputado Tony Carlos);

de congratulações com a comunidade de Cruzeiro da Fortaleza pelo aniversário de emancipação desse município (Requerimento nº 7.238/2014, do deputado Tony Carlos);

de congratulações com a comunidade de Grupiara pelo aniversário de emancipação desse município (Requerimento nº 7.239/2014, do deputado Tony Carlos);

de congratulações com a comunidade de Guimarães pelo aniversário de emancipação desse município (Requerimento nº 7.240/2014, do deputado Tony Carlos);

de congratulações com a comunidade de Uberaba pelo aniversário de emancipação desse município (Requerimento nº 7.241/2014, do deputado Tony Carlos);

de congratulações com a comunidade de São Sebastião do Rio Verde pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.242/2014, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a comunidade de Arantina pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.243/2014, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a comunidade de Piranguçu pelos 51 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.244/2014, do deputado Duarte Bechir);

de repúdio ao Banco Itaú pela confecção e distribuição de calendários e agendas em que se assinala a data de 31 de março como "Aniversário da Revolução de 1964" (Requerimento nº 7.330/2014, da Comissão de Direitos Humanos);

de aplauso aos servidores públicos estaduais, policiais civis, militares, membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e funcionários públicos municipais que menciona, que participaram da operação Tibum, em que foi capturada, em 19 de fevereiro, uma quadrilha de criminosos que aterrorizou, com roubos a caixas eletrônicas, o Município de Jacutinga, o Sul do Estado e a região de Campinas (SP) (Requerimento nº 7.336/2014, da Comissão de Segurança Pública);

de apoio ao pleito referente à reestruturação do salário e da carreira dos agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal, a ser encaminhada à presidente da República, às Presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ao Ministério da Justiça, à Secretaria Nacional de Segurança Pública e à Diretoria-Geral da Polícia Federal (Requerimento nº 7.337/2014, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso ao Sr. Narciso Alvarenga Monteiro de Castro, juiz de direito, pela sentença condenatória em desfavor dos réus Srs. Cláudio Rogério Carneiro Fernandes, Celso Roberto Frasson Scaffi e Sérgio Poli Gaspar e consequente afastamento de suas atividades de prestação de serviços médicos pelo SUS (Requerimento nº 7.340/2014, da Comissão de Direitos Humanos).



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 17/3/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### **Gabinete do Deputado João Vítor Xavier**

exonerando, a partir de 18/3/14, Edite Valadão do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 24/3/2014, João Carlos Chaves do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;



exonerando, a partir de 24/3/2014, Luiz Fernando Luz Gubitosi do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BTR;

exonerando, a partir de 24/3/2014, Wanderson Ricardo Pereira do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando, a partir de 24/3/2014, Maryland Mendes Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando José Cosme Alves Severino para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BTR;

nomeando José Roberto Lopes para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BTR;

nomeando Luiz Fernando Passos Souza para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Maryland Mendes Pereira para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Wanderson Ricardo Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.